

A ESCOLA TORNADA PATRIMÔNIO: NOVAS PERSPECTIVAS NA ESCOLHA E RESGATE DA MEMÓRIA LOCAL

Eliane Silva Fernandesⁱ
Ms. Maurício Nunes Loboⁱⁱ

RESUMO

O trabalho faz uma reflexão sobre a escola como parte do patrimônio a ser preservado como memória de uma localidade. Trata-se de uma proposta de estudo que permeará o entendimento do termo patrimônio, os usos em que se estabeleceu este conceito no decorrer das temporalidades e sua aplicabilidade técnica diante de uma nova perspectiva relacionada à abordagem cultural a que é dada aos bens que hoje são tornados patrimônios. A escola participa do ambiente social na promoção de conhecimento a fim de proporcionar a formação da cidadania para os indivíduos. Transformada como parte do material a que se atribui este estudo ela passa a ser um local onde se privilegia a reconstrução de uma memória da localidade e assim pode tornar-se um meio de promoção na construção de uma mentalidade voltada para o entendimento dos preceitos inseridos na noção a que se deseja realizar sobre o patrimônio e de orientações sobre uma prática de preservação e conservação de um bem, como para perpetuar algo de referencia a localidade para a construção de uma memória do lugar que se está inserida; contempla parte do legado a ser deixado as próximas gerações. Nesta perspectiva, usa-se o exemplo da cidade de Santos que por seu Conselho de Defesa do Patrimônio tornou quatro escolas da cidade como bens a serem preservados por suas características históricas e arquitetônicas. Esta resolução para o tombamento destes patrimônios dará condições ao entendimento de uma nova perspectiva relacionada a resolução para o patrimônio cultural, no resgate da memória local.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio, Escola, Memória.

NEW PERSPECTIVES ON CHOICE AND REDEMPTION OF MEMORY LOCATION ABSTRACT

The work is a reflection on the school as part of the heritage to be preserved as a memory location. This is a proposal for a study that will permeate the understanding of the term equity, usages which established this concept in the course of temporality and its technical applicability before a new perspective related to cultural approach that is given to goods that are now made assets. The school participates in the promotion of the social knowledge to provide the citizenship to individuals. Transformed as part of the material to which it assigns this study it becomes a place where it favors the reconstitution of a memory location and thus can become a means of promoting the construction of a mindset of understanding the principles embedded in notion that if you want to perform on equity and guidelines on the practice of preservation and conservation of a well as to perpetuate something of a reference location for the construction of a memory location that is inserted; includes part of the legacy to be left the next generations. In this perspective, we use the example of the city of Santos for his Defense Council Heritage has four schools of the city as property to be preserved for its historical and architectural features. This resolution for tipping these assets give conditions to understanding a new perspective related to resolving cultural heritage, in the rescue of local memory.

KEYWORDS: Heritage School, Memory.

INTRODUÇÃO

O termo patrimônio assume hoje algumas conceituações distintas a que eram destacadas outrora que fundamentam o seu entendimento no sentido de preservar, guardar e principalmente valorizar como referencial algo que permita a relação de identidade de algo de um valor simbólico estimado com a memória que se deseja deixar como legado às próximas gerações.

Por muito tempo observou-se que a preocupação com o patrimônio se reservava a construção de monumentos que sinalizavam a busca por uma identidade construída aos moldes daqueles que ansiavam preservar sua própria memória, tornando-a de grande vulto aos seus descendentes. Muitos caracterizavam todo este tipo de patrimônio, mais centrado no patrimônio edificado, como específico neste culto, escolhidos para frisar a história de grandes personagens, na perpetuação, na valorização destes monumentos no enobrecimento desta memória de grandes feitos que foram eleitos por uma minoria mandatária que escolhia o tipo de recorte da história que queria propagar a outras gerações como signo de sua época ou como relíquias apropriadas para contar a história. Esta perspectiva relacionada ao patrimônio sofreu novas interpretações e com estas transformações pode-se notar também a valorização na conservação de novos elementos que realmente resguardam a memória ligada à sociedade como um todo. Para tanto foi preciso criar uma mentalidade que desde cedo propôs a eleição de elementos que identificassem como um referencial de importância a comunidade qualquer expressão artística, histórica, natural e mais recentemente as tradições, costumes e hábitos dos indivíduos – realizados no parâmetro do patrimônio imaterial – dentro de uma sociedade perante a complexidade em que configura a cultura no mundo. Elemento estes que podem recorrer a memória daquilo que se quer legar para posteridade e que seja o espelho referencial desta sociedade a que pertence.

Para ultrapassar o marco comum eleito para ser preservado, o texto que será produzido neste estudo tentará esmiuçar a formação desta disciplina, com destaque na construção de seu entendimento até a atualidade na qual a prática e seu conteúdo teórico diferem as que eram realizadas há tempos atrás. Pretende refletir sobre a transformação deste referencial de identidade e da memória com a escola como algo que pertence ao âmbito social e por isso mesmo carrega em si uma memória própria que acrescentada a história de uma localidade gera um legado como patrimônio a ser resguardado como parte desta história. A escola como lugar de formação do indivíduo pode promover dentro de seu currículo a valorização de sua identidade social e cultural, de maneira que estes indivíduos assumam uma postura mais ativa na defesa da memória e de sua própria história.

Neste sentido, o objetivo das constatações aqui levantadas abarcará algumas perguntas que provocarão a reflexão de respostas relativas a esta nova postura frente ao entendimento do que hoje pode ser denominado como algo alusivo à identidade dos grupos que compõem uma sociedade. Dará destaque a transposição da ideia de sempre preservarmos os prédios antigos sem certa conexão com a memória que está próxima e ao alcance de um grupo por todo. A escola então entra nesta nova idealização como uma recuperação deste espaço como patrimônio a ser resguardado pela memória que suscita perante seus membros e de sua importância na constituição da sociedade em que esta incutida. Trata-se de recuperar parte de uma história e memória construída junto a estes ambientes sociais e que destacam sua sobrevivência frente às transformações temporais vistas no decorrer desta formação.

O trabalho contemplará algumas áreas de conceituação sobre patrimônio para que o entendimento deste objetivo possa incorporar as respostas fundamentais que permearão a elaboração das justificativas que aqui estarão expostas. As respostas que serão levantadas tentarão suprir dúvidas relativas às indagações para uma definição de “por quê?” e de “como?” pode-se fazer o resgate de uma memória e a valorização do patrimônio com a escola. A mudança de perspectiva também possibilitará outros meios de entendermos o patrimônio como disciplina ainda em estágio de reformulações – retira-se a obrigatoriedade de só guardarmos monumentos eleitos por outros que não contemplam toda uma comunidade, por laços de identidade ou pertencimento.

Quando enfocamos as práticas de proteção do patrimônio cultural vistas no município de Santos, a cerca das unidades escolares existentes, remetemos a reflexão de como o município realiza a proteção de seus patrimônios, os critérios que são usados para se fazer o resgate principalmente da singularidade da história para a cidade como também como sinônimo de uma identificação mais próxima dos seus cidadãos, na proteção também de uma história da escola por uma memória e ações de uma educação voltada à consciência patrimonial.

PARA UM ENTENDIMENTO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO

Antes de tentarmos aprofundar as questões sob esta perspectiva renovada com base mais no parâmetro cultural, devem-se retomar questões essenciais para o entendimento do termo, pois só com esta base de compreensão pode-se traçar um método de análise sobre o tema escolhido para este desenvolvimento – neste caso específico a escola – pertencente à configuração de patrimônio edificado. Contudo resguarda uma memória diante da sociedade na qual está inserida. Para esta análise lança-se aqui algumas bases teóricas de autores que se dedicaram ao entendimento de patrimônio nos mais diversos parâmetros e temporalidades. Para isso reconstituem um histórico sobre o uso do termo; a apropriação de termo derivado de uma prática jurídica, associada à herança de bens; retomam os questionamentos quanto às práticas realizadas por tempos mais recentes, que salientam a nova perspectiva cultural, a ampliação numa série das mais vastas disciplinas com o interesse de embasar a ação a cerca do patrimônio.

A princípio o termo patrimônio denota a transmissão de bens, geralmente deixados pela figura máxima da sociedade – o pater famílias – dentro da lógica da sociedade patriarcal, focada na perpetuação para seus descendentes estes bens, de forma a legar uma herança à próxima geração. Esta readequação do termo para a defesa dos bens culturais tornou-se elementar para a explicação da ação de projetar para o futuro as formas de expressão encontradas no desenvolver das sociedades, retirando-lhes o sentido próprio atribuído a cada uma delas e resultaria do seu enobrecimento como legado a ser preservado.

Com o passar do tempo o conceito patrimônio assume novas características e isso delimita as formas de seu uso e novas significações de aplicação para sua prática. A conceituação que tem seu princípio no espaço jurídico, perpassa do âmbito particular e aristocrático, voltado justamente para responder às necessidades desta sociedade patriarcal, assumindo uma proporção que a transforma para o âmbito público para aglutinar ao coletivo a consciência pela memória destes bens ligados à necessidade de perpetuar elementos que condizem com sua história, ressaltando parte de uma memória coletiva que assume a proporção de referência à posteridade de elementos típicos e que marcam a sociedade de alguma forma.

Nas mais diferentes épocas e lugares, o conceito de patrimônio assume formas e conceituações distintas em sua aplicabilidade assim denotando a necessidade de se encarar tal termo de maneira a salientar o contexto em que está inserido, para que a prática efetuada seja encarada com ressalvas quanto ao que se pode observar nas diferentes temporalidades. Em práticas recentes, o patrimônio é resultado de estudos que levam em consideração a identidade levada a termo perante uma memória e uma questão também de relativa importância que se revela com a ação de pertencimento, aquilo que se torna referência das expressões as quais se quer deixar. Identificou-se nesta prática recente que o coletivo deve ser valorizado diante das expressões que nas mais diversas modalidades identifiquem algo produzido da comunidade como algo a ser perpetuado como signo de uma época e por sua especificidade. Isso porque foi constatado que a comunidade preserva seus bens na medida em que eles configuram na sua própria identidade; artefatos presentes no cotidiano destas pessoas e também constituem parte desta memória a ser contada.

Estas discussões entram para uma literatura que cada vez mais se torna especializada na área e não apenas fica restrita à prática vista em tempos passados em que só se privilegiava certas disciplinas a tutela de operar sobre o que seria eleito como herança para próximas gerações. Alguns dos mais importantes estudos realizados mostram que fundamentalmente o patrimônio está caracterizado como parte desta identificação histórica e das memórias da comunidade na formação de sua cidadania. Autores das mais diversas disciplinas que hoje contemplam parte de seus estudos para sua compreensão e da aplicação do patrimônio cultural junto à comunidade tentam traçar meios possíveis para também haver uma ampliação de seu entendimento à prática efetiva no intuito de chegar à construção de uma formação cidadã voltada às questões relacionadas ao patrimônio.

Cada vez mais se torna notória a necessidade de afirmação de valores e costumes associados às diferentes sociedades na perpetuação de seu legado cultural na diversidade entre os povos em que encontramos hoje. O cenário político mostra seu anseio no reconhecimento desta pluralidade de bens culturais no despertar de práticas com regras explícitas nas formulações a cerca do tema, concretizada em órgãos que hoje são habitados a exercer a prática de valorização do patrimônio, ou de modo de coleções particulares por entidades preocupadas em poder preservar e conservar tais bens. No Brasil este debate não é dissonante ao que ocorre no exterior: diretrizes passam por reorganizações para incorporar preceitos realizados nos congressos internacionais de técnicos voltados à área que elegem critérios na ação do patrimônio cultural a fim de promover meios para uma ação patrimonial efetiva. Dessa forma temos um debate muito pertinente que indica uma redefinição do conceito, restrito nos primeiros tempos a monumentos tornados legítimos a reconstituição da memória.

As transformações ao modo de produção das ideias de patrimônio refletem que antes as balizas enfatizadas como padrões dominantes foram dissipadas a favor de uma mentalidade abrangente em que a quebra do paradigma individual se expande à coletividade. O conceito agora tornado algo de abrangência cultural também provoca uma tomada de medidas voltadas, até no que tange o parâmetro político, para discussões sobre a prática próximas da coletividade:

“O deslocamento observado no percurso da política patrimonial resulta do desenvolvimento da arqueologia histórica, dos enfoques da antropologia, sem

duvida, da abertura da história a sujeitos sociais antes silenciados ou ignorados.”(FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 57-58.)

O deslocamento na interpretação do conceito patrimônio também se encontra em outros discursos que se debruçam na trama conceitual e das ações políticas relacionadas a sua prática. Constitui-se então a necessidade de vermos como se configurou a trajetória desta conscientização. Os escritos sobre o tema apontam um posicionamento inicial que sustentava esta ideia fechada de monumentalização, relegada a uma parcela mínima a toda uma comunidade. Assim como aponta Françoise Choay em “A Alegoria do Patrimônio”, a noção de patrimônio se enquadra a princípio a noção de monumento histórico, aquele que pode aglutinar em si o efeito de identificação de um momento; rememoração algo a tornar um testemunho, uma lembrança (CHOAY,2006). O monumento, assim definido, assume um caráter de historicidade quando aglutina uma origem espaço-temporal. De fato, ele pode ser tratado como uma herança do passado como também uma escolha do historiador, por *representar um testemunho das sociedades históricas assim como um documento*. Sua legitimação parte de uma identificação, mais próxima de nós reservada ao entendimento cultural, de uma sociedade a memória que se quer registrar a posteridade:

(...) chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins *vitais*, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para *manter e preservar a identidade* de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2006, p. 18)

A periodização também lança uma abordagem que delimita os diferentes sentidos desta prática. A configuração patrimônio histórico se estabeleceu no contexto mundial nascida das formulações resultantes das revoluções industrial e francesa embalada pelos valores do Romantismo. A designação oferecida a partir de então, por esta nova terminologia, conduz variações de posicionamentos do tema. Vê-se que realmente faz-se necessário situarmos os posicionamentos conforme sua aplicação. Por muito tempo foi usada esta terminologia para determinar um bem de valor relevante a comunidade. Esta proposição permaneceu no círculo de debates até o momento em que se viu necessária sua transmutação para a denominação patrimônio cultural, marcando assim sua atual conjuntura, onde se pontuam o sentido memorial e uma maior abrangência em um maior número de disciplinas as quais somam as impressões já tornadas oficiais. Neste sentido, a leitura que Carlos Lemos faz do patrimônio histórico complementam esta nova configuração do termo, e não mais fincadas numa postura que reservava a uma cultura de preservação de “pedra e cal”. O autor que ultrapassa o âmbito das teorias reservadas as questões da arquitetura, ressalta os elementos relacionados a esta consciência patrimonial, entendidos entre categorias a serem pontuadas para esta prática. Elementos relacionados a natureza, o meio ambiente e o conhecimento que gera a capacidade de sobrevivência e assim sendo resulta de sua tese principal de que a reunião de bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos,

artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer. Concretiza esta experiência quando conceitua com a importância para este legado a relação do artefato que evoca o meio ambiente e o conhecimento dos saberes humanos dando sentido ao objeto que encarado de forma isolada de seu contexto não compreende uma referência a comunidade. Além disso, ele compõe uma realidade social quando conta uma história de uma determinada época e do local de onde foi encontrado, o que lhe dá um sentido na reconstrução de uma memória local.

A escola pode estar inclusa aí como um lugar em que ao mesmo tempo promove o conhecimento e a sociabilidade de membros de uma comunidade, prepara estes indivíduos a consciência de identidade aquilo que condiz com sua realidade e seu entorno. Estes ambientes escolares estão inseridos ao cotidiano dessas pessoas o que mais pode aproximar as concepções de uma educação patrimonial.

A ESCOLA COMO PATRIMONIO

Para realizar este trabalho pensou-se em adotar uma postura diferenciada a que costumeiramente é vista quando falamos de patrimônio. É habitual vermos estudos que discorrem sobre itens padronizados quando se aborda o assunto. A escola entra nesta perspectiva como algo a ser pensado como parte desta constituição da memória de uma localidade. A escola tem por uma definição geral a característica de um ambiente localizado numa estrutura social básica que se responsabiliza pela formação e aprendizado de um público que anseia por conhecimentos disponibilizados nas mais diversas disciplinas do conhecimento. Ela se enquadra também na condição de formadora de características humanísticas habilitando o indivíduo a conviver socialmente com valores e costumes inseridos numa comunidade. O ambiente escolar ainda é capaz de gerar uma memória que suscita a reconstrução de uma dada temporalidade, cercada de tradições e trocas sociais muito validas a nova visão que tanto precisa ser resgatada para se entender melhor a história do local onde se vive; construir uma identidade de significações resulta nesta busca e conseqüentemente em sua valorização. Dessa forma, a escolha da escola como objeto desta discussão traz à tona a importância de pensarmos em outros meios de conservarmos e preservarmos esta história que se edificou nos espaços escolares existentes.

Vemos que uma grande parte dos bens tornados patrimônios está geralmente associada àquela que marcam a história de “célebres” homens, exaltados por seus grandes feitos, ou por fazerem parte de uma produção artística antiga reverenciada como relíquia a serem legadas por guardarem certas singularidades no transcorrer do tempo. Esta proposta de inserirmos a escola nestes parâmetros tenta exaltar a memória formada por ela.

Como entidade pertencente a uma comunidade social ela guarda uma história que pode recontar os modos de sociabilidade, as práticas das políticas – incutidas nos currículos e nas escolhas feitas por seu corpo docente – e porque não cita-las sob o aspecto artístico. Destacam por uma grande parte do território brasileiro destacados grupos escolares e entidade governamentais ou não governamentais que sustentam uma memória a cerca dos meios de convivência e destas práticas sociais.

Algumas instituições no país contem uma memória que marca uma trajetória do ensino no Brasil. Ressaltam uma estrutura social na qual se apresenta uma sociedade. Exemplos como o do Colégio Pedro II, localizado no Rio de Janeiro de uma tradição centenária e que representa uma das primeiras instituições que contempla um tipo de ensino voltado a seu início a formação de uma camada abastada da sociedade, sob a

observação do imperador Dom Pedro II, a quem a escola homenageava. O colégio representa um tipo de ensino em uma determinada temporalidade e está inserido num tipo de memória que pode ser resgatada como parte de uma realidade social. Por isso mesmo está inscrito no livro de tombamento do IPHAN, e agora corresponde a um bem que perpetua uma história a cerca das práticas educativas de determinada temporalidade. Tendo em vista a sua importância nas lutas pela redemocratização no país, o Colégio Pedro II tornou-se a única instituição de ensino explicitamente citada e protegida na Constituição brasileira de 1988, em seu artigo 242, parágrafo 2º.

Isto não está fadado apenas na antiga capital federal. Pode ser visto este tipo de atitude em outros estados tais como a Paraíba – iniciativa da Universidade Federal de tal estado que pretende com a educação patrimonial ressaltar a memória local ressaltando como ponto inicial a preservação e conservação da escola como marco do início de análise. Em São Paulo, em tempos mais recentes, pode ser observada a resolução para o tombamento de algumas unidades escolares que resguardam uma memória social relacionada a importância arquitetônica de uma época – em grande parte estas construções foram feitas no período auge da produção cafeeira.

O levantamento estrutural de uma escola também retrata os modelos de uma época para a construção de espaços como estes. Respondem alguns dos pressupostos embutidos na criação deste espaço, que incute em si uma trajetória ligada as áreas da memória social e por assim dizer da área artística.

Por uma determinada periodicidade reservou-se a prática do patrimônio a área da arquitetura. Esta área de conhecimento contribuiu para a formação e as técnicas que em muito dos casos são adotadas até hoje para compreensão e adequação nas práticas que denotam sua efetiva ação perante alguns fatores como a preservação e conservação dos bens edificados. Pode-se observar com as formulações de patrimônio mudaram, as técnicas arquitetônicas passaram por processos de novos significados quanto as práticas efetuadas para isso. Houve uma ampliação de apenas o sentido de contemplação para algo que pudesse agregar em si um sentido de atribuição referencial ao pertencimento de algo no interior de uma comunidade. Passa-se a valorizar expressões manifestadas em nosso cotidiano e não as noções fechadas a cultura erudita. Pensa-se no ambiente, no espaço urbano em contraposição ao monumento detentor de uma saga a ser cultuada. Por isso as terminologias enriquecem as análises de que tipo de ação tomar quanto aos bens tornados como patrimônios. Dai estaria dada a resposta de “COMO” fazer a parte das interpretações que se devem fazer sobre o tema.

Em termos gerais é importante perceber como se realiza o processo de organização para a proteção de um bem que guarda um tipo de memória a ser deixadas. A escola como participante deste ambiente urbana realiza as formas de sociabilidade e principalmente neste caso aqui apontado de expressões artísticas de um dado período. As técnicas usadas para a construção, os modelos construtivos que interferem na dinâmica vivenciada dentro destas instituições entre outros fatores conservam em si o valor das relações e uma história a ser contada de acordo com uma memória construída em meio a uma comunidade. Mais do que pensar um objeto isolado, sem contexto com a realidade que o cerca, a prática das envoltas no patrimônio arquitetônico levam em conta a mudança da ênfase as singularidade.

(...) não interessa mais, pura e simplesmente, o valor arquitetônico, histórico ou estético de uma dada edificação ou conjunto, mas verificar como os ‘artefatos’, os objetos se relacionam na cidade para permitir um bom

desempenho do gregarismo¹ próprio ao ambiente urbano. Em outras palavras, é importante perceber como eles se articulam em termos de qualidade ambiental.(CASTRIOTA, 2008, p.19)

O patrimônio então edificado entra não só no parâmetro de ser considerada uma obra artística mais como um referencial cultural ao ambiente urbano. Quando se reflete sobre o contexto da escola nesta escolha remete-se a questão da memória, aquela deixada entre os detalhes e no espaço social entre os mais diversos indivíduos pertencentes a uma comunidade.

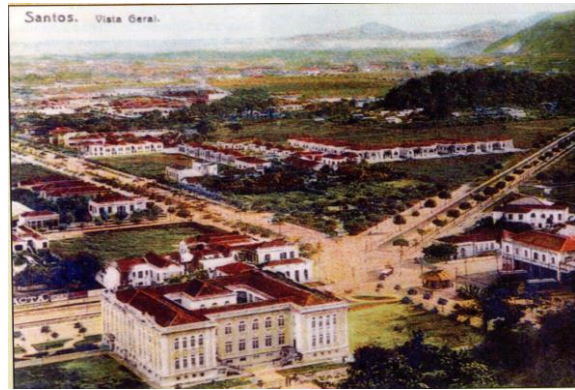
A ESCOLA COMO PATRIMONIO NA CIDADE DE SANTOS

Em Santos as ações sobre o patrimônio histórico e cultural estão sob a guarda do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos, o CONDEPASA. Por este órgão é que são delineados os bens que são transformados em elementos a serem protegidos pelo órgão. O CONDEPASA atua na forma de leis estabelecidas para proteção de bens que correspondam a expressões artísticas, históricas e naturais que traduzem o sentido de identificação do pertencimento desta localidade como registro da memória a ser construída. Porém é importante ressaltar que a proteção destes bens não deve estar circunscritas somente nas ações de tombamento, como é comum observarmos nos conselhos de proteção ao patrimônio. Mas do que tomar um bem, o artefato transformado em algo a ser legado a posteridade deve ser levado em conta a que se deve tal ação e se ela realmente corresponde a comunidade como um todo. Entram no vocabulário técnico as terminologias de preservação, conservação, requalificação de um espaço a que se deseja proteger. Os objetos, por este enquadramento também recebem uma avaliação de que tipo de ação deve ser realizada e assim podem ser resguardados de forma a identificar a caracterização de uma sociedade.

São no total de quatro escolas tornadas patrimônios na cidade de Santos. Registradas por seu valor cultural, a maior parte destas entidades marcaram a trajetória de Santos no interior de suas acomodações. Um número quase impreciso de santistas passaram por estes recintos e compõe os quadros importantes para a realização de um testemunho desta época.

Observa-se que, na maior parte dos casos, se não em todos os eles, estas escolas tombadas por este órgão público denotam o sentido da história social e preservam um testemunho a cerca das praticas escolares e das áreas em que estão. Por isso é de extrema importância que se observe as condições destas escolas. Três delas pertencem ao quadro do ensino público – E. E. Dr. Cesário Bastos, E. E. Dona Escolástica Rosa e E.E. Canadá – e a única do quadro particular seria o Colégio Stella Maris.

¹ O **gregarismo** é uma estratégia protetora observada em diversos grupos de animais, que se agrupam em sociedades mais ou menos estruturadas, permanentes ou temporárias, visando à proteção dos indivíduos que a compõem. É distinta de uma multidão, na medida em que esta última é um agrupamento espontâneo e esporádico que se produz devido ao efeito de estímulos ambientais.



A Escola Estadual Dr. Cesário Bastos nos primeiros anos e atualmente (Fontes: Almanaque de Santos, 2012/Prefeitura Municipal de Santos – www.santos.sp.gov.br, 2012).



Escola Estadual Canadá
(Fonte: eecanadasantos.blogspot.com, 2012)



Escola Técnica Estadual Dna. Escolastica Rosa
(Fonte: www.santos.sp.gov.br)



Colégio Stella Maris (Fonte: Prefeitura Municipal de Santos – www.santos.sp.gov.br)

Tem-se em Santos ainda exemplos de instituições de ensino, nos seus diferentes níveis de aprendizagem, que poderiam figurar como parte deste bens tombados. Como já exposto a maior parte destas escolas foram eleitas por configurarem como bens que ressaltam o partido arquitetônico, com detalhes e tipos construtivos muito peculiares a um determinado período e por remontarem uma história social atrelada a memória

escolar com sua documentação – como o que ocorre com a unidade de ensino Canadá, que resguardou as documentações existentes desde sua formação com esta denominação até tempos atrás. Escolas como E. E. Suetonio Bittencourt Junior, localizado no bairro do Macuco e a U.M.E. Acácio de Paula Leite, no Centro são algumas das referências que podem também ser adicionadas a este quadro das escolas tombadas por manterem características construtivas muito próprias, exaltando um projeto arquitetônico a ser interpretado como um referencial dentro de seu ambiente e de seu contexto. Tem-se escolas ainda que não participam do quadro de unidades públicas mais que resguardam uma característica de grande peso como parte desta memória. Isto pode exemplificado pelos casos do Colégio Santista, antigo Colégio Marista, também localizado no centro de Santos, que mantém uma tradição perante a memória educacional no município; Colégio São José; Liceu Santista, entre outros que estão neste patamar de instituições voltadas ao ensino e que contem características para o resgate desta memória escolar na cidade.



Colégio Santista (Marista de Santos) – Fonte – Acervo pessoal de Jadir Battaglia



Unidade Municipal de Ensino “Acácio de Paula Leite Sampaio” (Fonte – Prefeitura Municipal de Santos – www.santos.sp.gov.br)

O levantamento destes dados possibilita ações voltadas para esta concretização do bem que suplanta as balizas fechadas que estipulava somente seu valor arquitetônico agora com abrangência a fatias voltadas a valorização as relações, as trocas de vivencia e a própria memória/história da comunidade com este bem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo este percurso concretizado neste levantamento nota-se a necessidade de uma mudança quanto a perspectiva de entendimento que adotamos quando se realiza a

prática voltada ao patrimônio cultural. Assim como os autores que foram aqui destacados, alguns outros estudiosos salientam a participação das demais disciplinas do conhecimento tornando o entendimento do termo mais abrangente e também considerando que por esta nova perspectiva situa-se novos elementos a esta memória a que se quer perpetuar. Ao escolher as escolas como objeto deste estudo, norteia-se um interesse de se entender como outros artefatos podem também configurar nesta lógica do patrimônio. Fica evidente quebrar a permanência de determinados itens para fazer a guarda, como únicos detentores de uma memória. É necessária a observação de elementos que também recriem esta memória local de forma a serem reconhecidos por aqueles que serão os tutores de sua preservação e conservação.

Foi delimitada a área de Santos por já ter um órgão de defesa do patrimônio mais estruturado comparado com algumas cidades vizinhas. A base de Santos torna-se referencial a esta área litorânea possibilitando mais ações por uma extensão significativa. Todas as resoluções leis que resultaram no tombamento destas edificações constam da importância cultural de base histórico e arquitetônica para cidade de forma a buscar justamente esta alusão a questões próprias de artefatos culturais, genuínos de manifestações populares em contraposição a elementos configurados num patamar mais idealista, longínquo em atender esta característica da coletividade.

Ideias a cerca das terminologias sobre a preservação, conservação e o restauro, o próprio entendimento de monumento e sua modificação para o entendimento de patrimônio foram alguns dos pontos que mais tem de ser trabalhado para uma conjunta resolução de ações para esta preservação, item que está mais presente quando se fala em ações para o patrimônio.

Quanto mais as pessoas consigam aproximar algo de sua vivência, mais teremos práticas de educação patrimonial que resultarão na proteção destes bens. Só se protege aquilo que lhe condiz, aquilo que te identifica de alguma maneira e que te faça pertencer. A escola como parte das relações e estrutura social pode estar dentro deste perfil, gerando desde muito cedo entre as crianças a conscientização do uso do patrimônio e quanto é importante já se pensar no que se quer perpetuar como sinônimo de identidade a mais e mais pessoas.

Espera-se que este texto tenha proporcionado o desvio na atenção para outros artifícios costumeiramente encontrados na sociedade como a escola relegadas a segundo plano a prédios e monumentos que só condizem as expectativas de uma determinada camada social. Faz-se valer a perspectiva que o lado conceitual possa atrair mais pessoas para esta ação quanto a defesa de uma memória a ser constatada a futuras gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Aluska K. A.; SOUZA, Maria L. G. A Escola como Patrimônio: um recurso para estudo da História local. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH Paraíba, 13, s/d, Paraíba: publicação digital http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2013%20-%20Aluska%20Karla%20Alves%20Bezerra%20TC.PDF. Acesso em 30/06/2012.

CASTRIOTA, Leonardo B. *Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas*. Fórum Patrimônio – Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável Intervenções em Centros Históricos vol. 1, nº. 1(2008). Acesso em 30/06/2012.

CARTA DE VENEZA. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: março 2012.

CHOAY, Françoise *A Alegoria do Patrimônio* tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTOS. Resolução nº SC 01/92 de 25/01/92, Livro Tombo 01, inscrição 14, folha 3 Proc. 29991/91-96. Resolve que fica tombado como bem cultural de interesse histórico e arquitetônico o edifício que abriga a Escola Estadual “Dr. Cesário Bastos”. Diário Oficial de Santos, Santos – SP, fevereiro 1992.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTOS. Resolução SC 02/92 de 25/01/92, Livro Tombo 01, inscrição 15, Proc. 34436/91-02. Resolve que fica tombado como bem cultural de interesse histórico e arquitetônico o edifício que abriga Escola Estadual de Segundo Grau "Dona Escolástica Rosa" Diário Oficial de Santos, Santos – SP, fevereiro 1992.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTOS. Resolução SC-03/2007 de 12/11/2007. Livro Tombo 01, inscrição 43, Proc. 64057/2005-42, Resolve que fica tombado Edifício principal da “Escola Estadual Canadá”, acervo documental compreendido por prontuários de alunos e de professores de aproximadamente 1937 a 2007, livros de matrículas de alunos de 1937 a 2007, diários de classe, livro ponto de professores, mapas de movimentação de professores e funcionários, ofícios, relatórios e as plantas da Escola Cesário Bastos, primeira sede da Escola Estadual Canadá Diário Oficial de Santos, Santos – SP, novembro de 2007.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTOS. Resolução SC 02/92 de 25/01/92, Livro Tombo 01, inscrição 15, folha 3, Proc. 34436/91-02. Resolve que fica tombado como bem cultural de interesse histórico e arquitetônico o edifício que abriga Escola Estadual de Segundo Grau "Dona Escolástica Rosa" Diário Oficial de Santos, Santos – SP, fevereiro 1992.

FUNARI, Pedro P. A.; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

HALBWACHS, Maurice *A memória coletiva* tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS www.santos.sp.gov.br. Acesso em 21 jan. 2013.